



Representação Parlamentar do P.R.S

Declaração Política Proferida na VI Reunião Plenária Extraordinária por Deputado Benedito Daniel

Excelentíssima Senhora Presidente em Exercício da Assembleia Nacional;

Excelências Senhores Membros, do Presidium;

Excelência senhor secretário do Presidente da Republica para assuntos políticos constitucionais e parlamentares;

Distintos Auxiliares do titular do poder Executivo;

Honoráveis Deputados;

Caros Jornalistas;

Vamos aprovar, o relatório da Erca a entidade que regula a nossa comunicação social e o relatório do provedor de justiça.

Felicitemos o provedor de justiça, pelo trabalho que tem vindo a desempenhar, reconhecemos o sacrifício que tem vindo a consentir, auguramos porém, que os órgãos competentes possam velar, para que este órgão tenha uma autonomia orçamental e financeira, que lhe possibilite funcionar, estendendo-se em todas as províncias. Tendo em conta que o contexto atual e o volume de processos ou seja os problemas a resolver já não se compadecem com a confinamento do provedor de justiça em Luanda, considerando que os cidadãos têm dificuldades de se deslocar a Luanda por razões financeiras ou outras de diversas índoles. Precisam dos serviços nas suas respectivas localidades.

Por outro lado a comunicação social é um processo pelo qual a informação é qualificada e transmitida por um emissor a vários receptores por meio de um canal de comunicação, certificando a sua veracidade segundo o acontecimento.

Acontece que em Angola lamentavelmente não é o caso, porquanto, os meios de comunicação, são divididos de acordo com o interesse de quem os controla, que também se apossou dos meios públicos para seu benefício e proveito.

Os órgãos públicos, são reiteradas vezes, alvo de inúmeras reclamações de diferentes segmentos da sociedade, sobre o modo péssimo, como prestam serviços aos milhares de angolanos, que contribuem para o seu funcionamento. Não há espaço para todos nestes órgãos, e os cidadãos são obrigados á consumir a informação que os nossos compatriotas que se sentem no direito de controlar a imprensa, definem.

No tocante a cobertura das actividades dos partidos políticos, nota-se um tratamento completamente desigual, por quanto que, apenas as actividades do partido no poder têm maior realce, melhor tratamento e com maior tempo, ao passo que os outros partidos são tratados de modo desigual.

Com este comportamento, transmite-se a ideia de que os partidos na oposição não trabalham e coarcta-se a liberdade dos angolanos que querem saber mais sobre o que fazem e que projectos têm para Angola.

Os órgãos de informação públicos, quando são convidados não aparecem nas actividades dos partidos da oposição, e quando aparecem não divulgam os acontecimentos, e se divulgam, apenas passam em segundos com a péssima qualidade de imagem ou de som se se trata da televisão. Se entenderem passar bem o conteúdo, logo a seguir colocam uma actividade do partido MPLA para contrapor. Lá onde não chegam os órgãos de comunicação privados os cidadãos desconhecem o trabalho de outros partidos políticos na oposição, por falta de informação e a nossa Erca não reage.

O nosso real adversário passou a ser a imprensa pública, porque o ambiente que se criou nas redações, permite que se viole dolosamente a Constituição e a Lei, no que diz respeito ao direito de informar e de ser informado. Não são os jornalistas que violam a lei mas sim os decisores que deveriam criar condições que permitiriam, a estes profissionais serem livres e donos do seu pensamento no exercício das suas funções.

Excelência Senhora presidente em exercício, da Assembleia Nacional

Os profissionais afectos aos diferentes órgãos de comunicação social enfrentam limitações de vária índole no exercício das suas funções. Eles são verdadeiros heróis que mesmo com as adversidades, estão sempre a trabalhar dia e noite mesmo em condições difíceis, as vezes desafiando quem impõe os limites, sempre com o objectivo de fazer informar.

Na Prática, não se percebe onde começam e terminam as competências do Ministério da Comunicação Social e onde começam as da ERCA (Entidade Reguladora da Comunicação Social).

A ERCA tem pouco espaço de intervenção principalmente em assuntos que lesam de modo grave os princípios democráticos. O mais preocupante é que desta instituição houve-se mais acusações mútuas do que a execução das suas tarefas.

Esta também é a consequência da sua composição. Não é normal que os partidos políticos dominem a comunicação social, o normal seria que os seus membros fossem eleitos na proporção que os Partidos representam, entretanto isso nunca aconteceu, pois assim torna-se melhor a coabitação.

Honoráveis Deputados

A comunicação social angolana estagnou. Este sector está de alguma forma politizado, sendo que as forças executivas dominam todo o sector, e em determinadas vezes procuram interferir em certos órgãos.

Não é normal que os políticos dominem a comunicação social, com base nos resultados eleitorais, tal como foi dividido na actual proporcionalidade da composição dos membros que compõem a ERCA.

De facto, não se põe em causa o profissionalismo destes nossos jornalistas, pelo contrário, entendemos que, o normal seria que um órgão como a ERCA, cuja função é regular a nossa imprensa, seria representada por profissionais com ou sem ligações partidárias, que pudessem influenciar a insenção e a transparência da liberdade de imprensa.

Não haverá em Angola uma imprensa verdadeiramente independente quando o órgão supervisor, for visível e praticamente partidarizado.

Excelências

No tocante a imprensa escrita, o grande problema que enfrenta hoje é a falta de um parque gráfico, capaz de dar resposta as suas necessidades. As poucas gráficas que existem enfrentam dificuldades de papel, o que lhe dificulta a tiragem de muitos jornais que circulam por Luanda.

Não é normal que um exemplar de um jornal custe KZ 1.500 (mil e quinhentos) e isso só está acontecer porque os jornais privados para sobreviverem, precisam aumentar os preços uma vez que o custo de produção gráfica é bastante elevado.

Seria responsabilidade do estado criar políticas que visam mitigar estes problemas, pois de contrário está à se violar de forma grave o direito a informação consagrado na Constituição da República de Angola.

O PRS é por uma imprensa mais livre isento de censura e de condições propiciatórias a autocensura.

Muito Obrigado